

40ª Reunião

2026

12 e 13 de maio

**CT
CONF**

câmara técnica
de **normas contábeis
e de demonstrativos fiscais**
da federação

ITEM 8

Alterações do MDF, 15ª edição.

Apoio:



Idealização e Realização:



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



1. Sumário Executivo

A Emenda Constitucional nº 135, de 20 de dezembro de 2024, e a Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026, introduziram alterações relevantes no arcabouço constitucional e infraconstitucional que rege a transparência fiscal, a execução orçamentária e a evidenciação contábil no âmbito do setor público. Tais mudanças impactam diretamente o conteúdo, o alcance e a estrutura de demonstrativos fiscais consolidados no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) válido para o exercício de 2026, demandando sua atualiza o tempestiva.

De um lado, a EC n  135/2024 promoveu modifica es quanto   aplica o de recursos públicos no âmbito do Fundeb, criando um limite que exige adequada evidencia o nos demonstrativos fiscais — em especial no Relatório Resumido da Execu o Orçamentária (RREO). Esses comandos ampliam as exigências informacionais dos demonstrativos vigentes, tornando necessária a revisão de leiautes, classifica es e critérios de evidencia o atualmente previstos no MDF.

De outro lado, a Lei Complementar n  227/2026 instituiu o Comit  Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) e estabeleceu, de forma expressa, a obrigatoriedade de elabora o e divulga o de Relatórios Resumidos da Execu o Orçamentária (RREO) e Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), adaptados às especificidades desse ente público de regime especial. Embora inspirados nos comandos da Lei de Responsabilidade Fiscal, tais relatórios apresentam características próprias que não encontram correspondência integral nos modelos atualmente consolidados no Manual de Demonstrativos Fiscais.

A publica o dessas duas frentes normativas impõe a necessidade de atualiza o coordenada do MDF, de modo a preservar a coerência do sistema de demonstrativos fiscais, assegurar a padroniza o nacional dos procedimentos e oferecer segurança jurídica aos responsáveis pela elabora o, pelo controle e pela fiscaliza o das informa es fiscais.

Nesse contexto, a republica o da 15  edi o do Manual de Demonstrativos Fiscais mostra-se fundamental.

Considerando que a proposta dos relatórios fiscais (RREO e RGF) inclui-se no escopo do item 4 – Reforma Tributária, apresenta-se a seguir o material relacionado   proposta de altera o do Anexo 8 do RREO - **Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manuten o e Desenvolvimento do Ensino (MDE)**.

Os documentos anexos a este material apresentam, de forma detalhada, os fundamentos normativos, os impactos contábeis e fiscais identificados e as propostas técnicas específicas de altera o dos demonstrativos, com vistas a subsidiar a discussão no âmbito da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais (CTCONF).

2. Proposta de Alteração do Anexo 8 do RREO

2.1 Apresentação

Este documento tem por objetivo **subsidiar o debate técnico no âmbito da Câmara Técnica de Contabilidade e Normas Fiscais – CTCONF** acerca da necessidade de alteração do **Anexo 8 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)**, em decorrência das mudanças introduzidas pela **Emenda Constitucional nº 135, de 20 de dezembro de 2024**, no art. 212-A da Constituição Federal.

O material ora apresentado à Federação é composto por:

- este **documento de contextualização e fundamentação técnica**; e
- uma **planilha Excel contendo a estrutura proposta do novo demonstrativo**, que materializa as alterações discutidas.

O intuito é promover uma discussão técnica estruturada, de caráter colaborativo, sobre a adequação do Anexo 8 às novas exigências constitucionais relacionadas à ampliação da **Educação em Tempo Integral (ETI)** no âmbito do Fundeb.

2.2 Contexto normativo e impactos no RREO

A Emenda Constitucional nº 135/2024 promoveu alterações relevantes no art. 212-A da Constituição Federal, ao incluir os incisos **XIV** e **XV**, ambos voltados ao fomento e à ampliação de matrículas em Educação em Tempo Integral na educação básica pública.

Esses dispositivos instituem:

- no **exercício de 2025**, a possibilidade de destinação de até 10% de determinadas modalidades de complementação da União ao Fundeb para ações de fomento à criação de matrículas em tempo integral; e
- **a partir de 2026**, a obrigatoriedade de destinação de **no mínimo 4% dos recursos que compõem o Fundeb** à criação de matrículas em Educação em Tempo Integral, até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação.

A introdução desses comandos constitucionais trouxe impactos diretos sobre o registro e a classificação contábil das receitas e despesas do Fundeb e a forma de **evidenciação dessas informações nos demonstrativos fiscais**, em especial no Anexo 8 do RREO, responsável por demonstrar as receitas e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

2.3 Situação transitória adotada para o exercício de 2025

No exercício de 2025, o inciso XIV do art. 212-A configura uma **situação excepcional e transitória**, uma vez que se refere a uma modalidade específica e temporária de complementação da União ao Fundeb.

Considerando o caráter temporário da transferência, optou-se, de forma excepcional, por **não promover alteração estrutural no leiaute do Anexo 8 do RREO em 2025**.

Para viabilizar a identificação dessas receitas, foram criados classificadores específicos:

- **Natureza de Receita 1.7.1.5.53.0.0 – Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – ETI;**
- **Fonte de Recursos 546 – Transferências do FUNDEB – Complementação da União – ETI.**

Para fins de evidenciação no Anexo 8, essa Fonte de Recursos foi **incluída conjuntamente à FR 541 (VAAF)**, como solução temporária, válida exclusivamente para os bimestres finais de 2025; e a última parcela da complementação, prevista para janeiro de 2026.

2.4 Da necessidade de ajuste a partir de 2026

O inciso XV do art. 212-A da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 135/2024, **instituiu um novo comando constitucional de aplicação mínima de recursos do Fundeb na criação de matrículas em Educação em Tempo Integral, com vigência obrigatória a partir do exercício de 2026**.

O dispositivo estabeleceu uma obrigação objetiva aos entes federativos quanto à destinação de parcela mínima dos recursos do Fundeb (4%), **enquanto não atingidas as metas do Plano Nacional de Educação**. O inciso XV incide sobre os recursos que compõem o Fundeb, abrangendo tanto as receitas provenientes de impostos e transferências de impostos quanto as complementações da União (Nota Técnica nº 00223/2026/CONJUR – MEC/CGU/AGU).

Nesse sentido, o dispositivo não cria fontes de recursos nem altera a estrutura do Fundo, mas estabelece um **critério adicional de alocação de despesas** no âmbito de sua execução.

Para viabilizar o monitoramento dessa aplicação, foram criados, pela Portaria STN/MF nº 636, de 10 de março de 2026, dois códigos de acompanhamento da execução orçamentária (CO) específicos para essa finalidade:

- **CO 1071**, para identificar despesas relacionadas à criação de matrículas em ETI;
- **CO 1072**, para despesas que envolverem, simultaneamente, a valorização dos profissionais da educação básica e a criação de matrículas em ETI.

Os códigos devem ser utilizados na execução da despesa orçamentária e associados às Fontes de Recursos do Fundeb, conforme regras já estabelecidas.

Nessa perspectiva, diferentemente do inciso XIV — que instituiu, de forma excepcional e transitória, uma possibilidade específica de destinação de recursos em 2025 —, o inciso XV consubstancia um comando que poderá afetar diversos exercícios financeiros, aplicável

indistintamente sobre o conjunto das receitas do Fundeb, enquanto não atingidas as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

Dessa forma, a alteração proposta para o Anexo 8 do RREO tem por objetivo implementar a observância do novo dispositivo constitucional, conferindo ao demonstrativo capacidade informacional compatível com o acompanhamento sistemático do cumprimento do inciso XV do art. 212-A da Constituição Federal, viabilizando:

- a identificação das despesas do Fundeb destinadas à criação de matrículas em Educação em Tempo Integral; e
- a apuração do percentual mínimo constitucionalmente exigido;

3. Encaminhamentos para discussão na CTCONF

No âmbito da CTCONF, propõe-se a votação da nova estrutura do Anexo 8 do RREO - **Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)**.